



Déficit primário deve saltar para pelo menos R\$ 108,1 bilhões

Conflitos no Leste Europeu e alta no preço dos combustíveis devem pressionar inflação e juros. As respostas ao quadro adverso dos preços do petróleo devem elevar o déficit primário previsto no Orçamento, de R\$ 76,2 para R\$ 108,1 bilhões

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (16) o Relatório de Acompanhamento Fiscal de março, com o desempenho dos principais indicadores econômicos e fiscais.

A inflação ao consumidor em fevereiro foi de 1,01%. É a maior taxa, desde 2015, quando alcançara 1,22%. Já o IPCA acumulado nos últimos doze meses subiu de 10,4%, em janeiro, para 10,5% em fevereiro. Os grupos de produtos e serviços que mais impactaram o IPCA, no mês, foram: Educação (variação de 5,61%) e Alimentação e Bebidas (variação de 1,28%), influenciados pelos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo e pela alta dos preços dos alimentos para consumo no domicílio.

A inflação dos próximos meses deve seguir pressionada pelo reajuste nos preços dos combustíveis (18,7% para a gasolina e 24,9% para o diesel), anunciado recentemente pela Petrobras como reação à disparada dos preços do petróleo no mercado internacional. Esse contexto adverso levou ao anúncio e/ou à aprovação de medidas com efeitos fiscais relevantes, como mostra a seção de Orçamento do relatório.

Entre essas ações para diminuir o prejuízo ao consumidor causado pelo aumento dos preços do petróleo, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), anunciada pelo governo no início do mês, deve causar uma perda de arrecadação de R\$ 16,2 bilhões para a União, estados e municípios, enquanto a isenção do PIS/COFINS, válida até dezembro de 2022, deve gerar um impacto fiscal de R\$ 17,6 bilhões para o governo central.

Já o PL nº 1.472, em tramitação no Congresso Nacional, propõe a instituição de um auxílio emergencial de até R\$ 3 bilhões para a atenuar os impactos extraordinários sobre os preços finais ao consumidor de gasolina. Considerando-se as medidas que já estão em vigor e as que estão em tramitação, mas aprovadas em pelo menos uma casa do Congresso, o déficit primário previsto no Orçamento deve aumentar de R\$ 76,2 bilhões para R\$ 108,1 bilhões. A IFI apresenta, ainda, análise inicial da chamada CEP – Conta de Estabilização dos Preços do Petróleo.

Taxa de juros

Devido ao atual cenário internacional, o Banco Central deve continuar aumentando a taxa Selic para ancorar a inflação à meta de 3,5% ao ano. No Boletim Focus divulgado pela instituição, a mediana das estimativas de mercado para a taxa de juros no final de 2022 foi ajustada para 12,75% a.a., com altas esperadas nas próximas três reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom): março (1,0 p.p.), maio (0,75 p.p.) e junho (0,25

p.p.). Esse patamar já é 150 pontos-base mais alto que o previsto no cenário de dezembro da IFI. Os efeitos sobre a dívida pública serão expressivos.

PIB

Em linha com a estimativa apresentada pela IFI, na revisão de cenários de dezembro de 2021, a economia brasileira cresceu 4,6%, no ano passado, recuperando a perda de 3,9% em 2020 causada pelo impacto inicial da pandemia. O PIB per capita, indicador de riqueza média, atingiu R\$ 40.688, e cresceu 3,9% em termos reais. Apesar da alta, o indicador ainda está abaixo de 2019 (pré-pandemia) e de 2013, quando atingiu o valor mais alto da série histórica.

Dívida pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu o nível de 79,6% do PIB em janeiro, uma redução de 0,7 p.p. do PIB na comparação com dezembro e diminuição de 9,2 p.p. do PIB em relação a janeiro de 2021. Segundo o Banco Central, essa redução é explicada pelo aumento do PIB nominal e por resgates líquidos de títulos realizados no primeiro mês de 2022. A saída de boa parte dos gastos realizados em 2020 também ajuda a compreender a mudança de patamar entre a fotografia do início do ano passado e o valor atual. A tendência, para o ano, é de crescimento, na esteira dos juros.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia, receitas e despesas públicas, e o ciclo orçamentário. Duas vezes por ano, o relatório também traz atualizações das projeções macrofiscais da IFI para os próximos anos, na forma de cenários base, otimista e pessimista. Esses cenários são simulados pela instituição a partir de pressupostos para os parâmetros orçamentários, incluindo o PIB, a inflação e a taxa de juros. Como resultado, são apresentadas trajetórias para os indicadores fiscais, como o resultado primário e a dívida bruta. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>